

# *Superior Tribunal de Justiça*

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1075683 - MG**  
**(2017/0062249-0)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE : BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL**  
**S/A**  
**ADVOGADOS : PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES -**  
**SP098709**  
**VINÍCIUS TEIXEIRA PINHEIRO - MG108162**  
**ANA CRISTINA GOULART DE MENDONCA**  
**SANTOS - MG039475**  
**AGRAVADO : CARLOS OTONE PENA**  
**AGRAVADO : HELOIZA APARECIDA RODRIGUES PENA**  
**AGRAVADO : RONALDO MORAIS PENA**  
**AGRAVADO : RITA CLARA SOARES PENA**  
**ADVOGADOS : SILVIO MENDES ARRUDA - MG131598**  
**IVAN LUIS ROSA TEIXEIRA GOMES - MG140397**  
**JOAO GUSTAVO MARUCH DE CARVALHO -**  
**MG132701**  
**ANA CAROLINA BARTOLOZZI DE CARVALHO -**  
**MG179188**

### EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA ANTECIPADA. ALONGAMENTO DE DÍVIDA. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMPLES TRANSCRIÇÃO DE JULGADOS. SÚMULA N. 284/STF. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. SÚMULA N. 182/STJ. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA N. 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

1. A simples transcrição de julgados, sem cotejo analítico apto à demonstração da similitude fática entre o acórdão recorrido e os paradigmas, impede o conhecimento do especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.
2. Não se conhece do agravo interno que deixa de impugnar especificamente a fundamentação da decisão agravada (art. 1.021, § 1º, do CPC/2015 e Súmula n. 182/STJ).
3. O conhecimento do recurso especial exige indicação do dispositivo legal supostamente violado ou que tenha recebido interpretação divergente de tribunais. Ausente tal requisito, incide a Súmula n. 284/STF.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

### ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Antonio Carlos Ferreira.

Brasília, 01 de Abril de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Antonio Carlos Ferreira  
Relator

